

ARTIGO

*O debate anunciado,
por João Paulo de
Almeida Magalhães*

ARTIGO

*Indicadores de
Conjuntura para o
Estado do Rio de Janeiro e
para o Brasil, por Victor
Hugo Klagsbrunn*

ARTIGO

*Professor Geoffrey
Hodgson no Brasil,
por Ana Célia Castro*

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

*A Emenda nº 29 é remédio
para a Saúde?; Dívida
Municipal – o pref. Conde
volta atrás; Mais um
enigma do remanejamento
desvendado*

EVENTO

*Área de Livre
Comércio das
Américas: riscos para
a integração*

ELEIÇÕES
CORECON/RJ, VEJA
O RESULTADO
PÁG. 13

A energia no Brasil: características e contextos pós-reformas nos **anos 90**

O JE em sua página central apresenta a entrevista dos professores João Lizardo e Adilson de Oliveira, em que analisam as conseqüências do processo de reformas radicais empreendidas nos anos 90 nas indústrias de infra-estrutura, que provocou a redução do papel do Estado ao enfatizar a concorrência e mecanismos de mercado.

páginas 8 e 9



"FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS". DE DJANIRA, REPRODUÇÃO MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ - Tel: (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca, telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica, tel. (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa. **Conselheiros Suplentes:** Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Antonio Behnken.

**SINDECON - SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Av. Treze de Maio, 23 - Grupo 1607/1608/1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel. (21) 262-2535 - Telefax: (21) 533-7891 e 533-2192 - E-mail: sindecon@sindecon.org.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel. (21) 509-1077 - Fax: (21) 509-8121 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Um dos aspectos marcantes da economia brasileira dos anos noventa, especialmente após a adoção do Plano Real, em 1994, é o crescente aumento da vulnerabilidade externa, que se manifesta tanto pelo aumento sucessivo do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos, quanto pelo passivo externo acumulado.

Dois fatores têm sido apontados como possíveis minimizadores do problema: a entrada de novos investimentos diretos estrangeiros e, a conformação de um processo de liberalização comercial através da formação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA.

Com o objetivo de discutir e rebater as argumentações levantadas em torno da necessidade de criação da ALCA, a Aliança Social Continental e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP, da qual participam o Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, promoverão o

Fórum Continental "Área de Livre Comércio das Américas". A iniciativa de grande relevância e importância é destacada neste número do JE, com apresentação de toda a programação do seminário que ocorrerá em São Paulo, do dia 27 ao dia 29 de novembro, no Parlamento Latino Americano.

As organizações sociais e sindicais envolvidas, consideram que a ALCA representa um sério risco ao desenvolvimento sustentável e à democracia. Qualquer processo de integração que envolva os países sul-americanos deve ser direcionado no sentido de melhor nos posicionar no cenário internacional, de forma a reverter a situação atual construída por nossos governos, de extrema vulnerabilidade em relação ao fluxos financeiros internacionais, de uma crescente defasagem científica e tecnológica, de grandes desvantagens nas relações comerciais com as demais regiões, e de favorecimento dos interesses das corporações transnacionais. No caso brasileiro, a opção do governo Fernando Henrique Cardoso por

esta via, e pela priorização do pagamento da dívida externa, tem condenado a população de uma das maiores economias do mundo a condições de vida cada vez mais indignas. Do ponto de vista dos povos sul-americanos, os temas e valores da cidadania, dos direitos humanos, do fim da exclusão social, do fortalecimento dos nossos mercados internos, da segurança alimentar, da sustentabilidade sócio-ambiental, são cruciais para que a região afirme seu papel no mundo da justiça social e da democracia. Para consolidar estes valores, a integração sul-americana deve ampliar sua agenda e redirecionar o foco de suas atenções. A integração sul-americana deverá ser capaz de construir uma alternativa ao modelo de integração proposto pelos Estados Unidos, que se for implantado da forma como está sendo esboçado pelos Grupos de Negociação da ALCA, poderá significar o fim de qualquer possibilidade de geração de projetos nacionais de desenvolvimento, fundados na democracia e na sustentabilidade.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz, no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 - LIGUE E PARTICIPE !

CAPA/ARTE

DJANIRA da Mota e Silva, pintora brasileira (Avaré/SP 1914). Tendo estudado apenas por cinco meses a técnica de pintura com Emeric Marcier, pode ser considerada autodidata. Apresentou pela primeira vez seus trabalhos em 1942, quando participou do Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Prêmio de Viagem ao País no Salão Nacional de Arte Moderna do RJ (1952). Participou da 2ª Bienal de SP e recebeu, no Salão Paulista de Arte Moderna, a pequena medalha de ouro (1951) e prêmio de aquisição (1955). Figurou ainda, entre outras, na mostra Pintores Brasileiros (Londres, 1944). Exposição Internacional da UNESCO (Museu de Arte Moderna de Paris), 1946). Salão da Prefeitura do antigo Distrito Federal (1949, grande medalha de bronze). Exposição de Artistas Brasileiros em Paris (1955). Salão do Cristo Negro (RJ 1955, primeiro prêmio de pintura). Exposição Internacional do Prêmio Guggenheim (New York, 1958), Arte Moderna no Brasil (Buenos Aires, Santiago do Chile e Lima, 1957), 30 Anos de Pintura Brasileira (Galeria Macunaíma, RJ, 1960). O Rosto e a Obra (id. 1961). Individualmente, expôs na ABI (1943), IAB (1944), Ministério da Educação e Saúde (1948) e Galeria Bonino (1961), no RJ, e na New School for Social Research (New York, 1945), Galeria da União Pan-Americana (Washington, 1946) e Museu Imperial (Petrópolis, 1949). O MNBA/RJ organizou suas exposições retrospectivas de sua obra (1958 e 1967). Além de figurar no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, está representada nos principais museus de arte moderna do Brasil e em várias coleções e museus internacionais. Sob temática predominantemente brasileira, tratada com despojamento rigoroso que induz a uma ilusão de primitivismo, é artista de grande domínio artesanal e lirismo profundo.

Nota Técnica (capa): "Feira de Água de Meninos" - Reprodução: João Dias.

O debate anunciado

1 - Encerrado o episódio de eleição para prefeito, os partidos se preparam para definir candidatos e programas para as eleições presidenciais, a serem realizadas dentro de dois anos. A singularidade dessas eleições resulta de que, em função do inegável fracasso da política econômica neoliberal, que dominou o país na última década os debates deverão girar em torno de nova estratégia capaz de nos recolocar no caminho do desenvolvimento.

Ora, estratégias de desenvolvimento se definem pelo mercado em que se baseiam. No Brasil tivemos modelo primário exportador, modelo de substituição de importações e o atual modelo de integração competitiva no mercado mundial, todos identificados pelo mercado que exploram.

As alternativas que serão levantadas nos debates deverão apresentar de três tipos: crescimento para fora com base nas empresas multinacionais, crescimento para fora a partir de empresas brasileiras e crescimento para dentro apoiado no mercado interno. Qualquer dos três exige amplo apoio do Estado significando, portanto, abandono da fórmula neoliberal. Recapitulemos suas características principais

2 - Dentro de sua visão neoliberal de manter os braços cruzados e confiar estritamente na ação do mercado, o Governo brasileiro jamais tentou o diálogo com as multinacionais. No âmbito de estratégia futura em que se reconheça o papel do Estado no crescimento retardatário poder se - ia identificar os setores de maior dinamismo no comércio mundial determinando-se, ao mesmo tempo, as empresas que os controlam. Estas são, em boa parte, multinacionais. O Governo deveria, então, confrontá-

las com a necessidade de incremento das exportações brasileiras ao ritmo anual de 10% a 12%, (tal é a percentagem julgada necessária por análises recentes) indagando se, e em que condições, poderiam assumir essa tarefa. O interesse das mesmas em manter posições no importante mercado brasileiro poderia levá-las a aceitar o papel de ponta no crescimento futuro do país, tal como fizeram no modelo de substituição de importações. Deixar se-ia claro que, diante de resposta negativa, a tarefa seria atribuída a empresas de capital nacional. Estas, não só receberiam os recursos financeiros requeridos como se implantaria, em seu favor, políticas de reserva do mercado interno.

A solução com base nas multinacionais deve ser considerada porque não dependeria, de parte do Governo, de esforço especial de mobilização de poupanças, de investimento em pesquisa tecnológica e da criação de condições para maior penetração em mercados externos. O que, de qualquer forma, se pode dizer é que, mesmo no caso de reação negativa das multinacionais, dificilmente elas se recusariam a aumentar os nichos que já nos proporcionam nos mercados dinâmicos do comércio mundial.

3 - Caso as multinacionais não se disponham a assumir, de forma segura e confiável, o necessário esforço exportador, a tarefa deveria ser confiada às empresas nacionais. Quanto a estas existem dois caminhos. O primeiro seria fortalecer empresas brasileiras porventura existentes nos setores dinâmicos do mercado mundial, ou criar novas empresas onde estas não existirem. Nesse caso, o processo exportador brasileiro seria comandado por empresas de grande porte, dotadas de amplo apoio oficial, a

exemplo do que foi feito com sucesso na Coreia do Sul.

- Cumpriria definir o que seria necessário para tais empresas em termos de financiamento, apoio à pesquisa tecnológica, reserva de mercado, formação de mão-de-obra etc.

Outra via se acha em programas de exportação para o setor de médias e pequenas empresas. É, de fato, sabido que o sucesso exportador de Taiwan se baseia nessas empresas, apoiadas por grandes e eficientes "trade companies". Na Itália, as empresas médias e pequenas, com esquema de serviços comuns e apoiadas pelo Governo, têm igualmente conseguido importante penetração no mercado externo.

Políticas de crescimento para fora devem se basear em setores de rápido crescimento mundial como os de veículos automotores, produtos electro-electrônicos, telecomunicações etc. O mercado para "commodities" industriais (petroquímica, papel e celulose, aço etc) não tem capacidade de comandar modelos de crescimento para fora. Reis Velloso, que reconhece esse fato básico mostra, porém, que sua contribuição pode ser substancialmente elevada, na medida em que se aumente o grau de elaboração das "commodities" exportadas. Refere-se, além disso, à experiência dos países escandinavos onde, a par de "commodities" com elevado grau de elaboração, se investe na produção e exportação de insumos e equipamentos requeridos por estas.

Passemos agora à estratégia de mercado interno que apresenta duas vertentes: modelo nacional de mercado interno e modelo supra - nacional de mercado interno.

4 - A literatura sobre criação de mercado não vai além das análises de Rosenstein - Rodan e

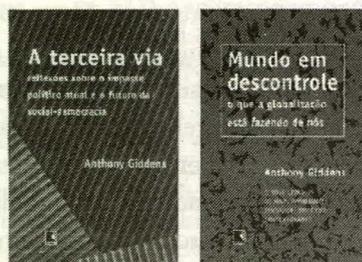
Nurkse. Sua proposta (conhecida como a teoria do "big push") é de conjunto integrado de investimentos que se proporcionem mutuamente mercado. Isto exigiria a mobilização a curto prazo de grande volume de poupanças o que é inexequível nos subdesenvolvidos. Em trabalho anterior nosso, mostramos que haveria a alternativa de montagem gradual do bloco de investimentos. Isso implicaria, contudo, na sustentação pelo Estado, por prazo mais ou menos longo, de empresas deficitárias. Modelo desse tipo pode ter sido utilizado na primeira fase da economia Soviética mas seria de difícil implantação em economia capitalista. De qualquer forma, os defensores do mercado interno jamais aderiram a tal solução.

Sua proposta, desde Celso Furtado nos anos sessenta até hoje, tem sido de redistribuição de renda. Como o conteúdo importado no consumo dos grupos de baixa renda é pequeno, isso implicaria em aumento do mercado interno. A objeção levantada contra a proposta é de que esse aumento seria não somente reduzido como - de uma vez por todas. Ora, o requerido é crescimento significativo e contínuo do mercado. Mais recentemente, Reinaldo Gonçalves alegou a existência de efeito multiplicador nas medidas redistributivas, viabilizando o que chama de mercado interno de massa.

Um efeito multiplicador ocorreu, de fato, no processo de substituição de importações. Em país de dimensões continentais, como o Brasil, em que as importações são pequenas em relação ao PIB, o incremento deste gerado pelos investimentos substituidores de importação se traduziam na sua maior parte em demanda interna, viabilizando investimentos de

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Mundo em descontrole
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60
A terceira via
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

- **O mercado de derivativos financeiros** - Octavio Bessada
R\$ 17,50
- **Episódios da história monetária** - Milton Friedman
R\$ 14,70
- **Aspectos morais do crescimento econômico** - Barrington Moore Jr.
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60
- **O mercado futuro e de opções** - Octavio Bessada
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50
- **Falso amanhecer** - JOHN GRAY
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Destruição não criadora** - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60
- **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL** - (volumes I e II) - organizado por Ricardo Bielschowsky
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)
- **Por uma outra globalização** - Milton Santos
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00
- **O livro negro do capitalismo** - Organizado por Gilles Perraut
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00
Telefone: (21) 232-8178

- ARTIGO

dimensões correspondentes. A suposição é de que algo semelhante ocorreria como consequência de políticas de desconcentração de renda. A veracidade dessa suposição e a possibilidade de programa desse tipo se tornar a base de novo modelo de desenvolvimento deverão ser exploradas no âmbito dos debates sobre novo modelo de desenvolvimento.

5 - A política supra - nacional de mercado interno diz respeito às integrações econômicas. Essas políticas devem ser consideradas de mercado interno porque seu objetivo último é criar espaço territorial onde circulem livremente mercadorias e fatores de produção. Ora, essa circulação livre constitui a característica principal dos mercados internos.

Começando-se pela ALCA, deve-se esperar unanimidade dos debatedores sobre o fato de que, por abranger países em níveis diferentes de desenvolvimento, ela prejudicaria as economias da região de maior atraso relativo tornando-se os Estados Unidos o único beneficiado. Diante do engajamento do México na NAFTA as políticas a serem consideradas são as de aperfeiçoamento do MERCOSUL e de constituição da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul Americana).

Com respeito à integração da América do Sul, dois pontos devem ser considerados. Em primeiro lugar, a objeção usualmente apresentada no caso da ALCA em relação aos Estados Unidos. É igualmente

verdadeira, numa futura ALCSA, para o Brasil. Basta, nesse sentido, lembrar que a ALALC dos anos sessenta fracassou pelo temor das nações de menor porte de terem seus setores manufatureiros comprometidos pela concorrência da indústria brasileira mais avançada.

Difícilmente, portanto, uma integração sul-americana será aceita pelos países de menor porte se não tiverem garantia de que terão participação equânime nos setores de maior valor adicionado. Os defensores do mercado interno deveriam, assim, definir as condicionantes de política industrial conjunta que garanta tal resultado. O esquema inicialmente proposto para o Grupo Andino, que abrange países de porte médio da região, pode ser utilizado para definir programa desse tipo.

O outro ponto a ser considerado é que os altos custos, ou a simples inexistência, de sistema de transporte entre os países candidatos à ALCSA, retira boa parte da significação do programa. O que caberia indagar é o seguinte: a América Portuguesa já conseguiu integrar seus diversos "países" através do sistema rodoviário. Não caberia, diante disso, conceder prioridade à comunicação com países vizinhos, transferindo para esta parte substancial dos recursos atualmente previstos para melhorar os transportes internos brasileiros?

6 - Cabe agora uma avaliação final. A primeira alternativa para novo modelo de desenvolvimento

é de difícil viabilidade visto que o aumento das exportações ao ritmo de 10% a 12% ao ano exige agressiva penetração nos grandes mercados mundiais do Japão, Estados Unidos e União Européia. Ora, estes já se acham supridos pelas matrizes das empresas multinacionais estando por isso fechadas as suas filiais brasileiras.

As outras duas alternativas são ambas exequíveis e inclusive capazes de implementação conjunta. O mais provável, portanto, nos debates que se aproximam que a divergência seja menos sobre a opção entre mercado externo e mercado interno mas sobre a ênfase a ser concedida a um e outro.

João Paulo A. Magalhães é conselheiro do Corecon/RJ, prof. titular da UERJ e prof. de pós-Graduação da Univ. Estácio de Sá.

OBRAS CITADAS

Gonçalves, R. (2000) O Brasil e o Comércio Internacional, Transformação e Perspectivas Editora Contexto, São Paulo.

Nurkse, R. (1955) - Problemas de Formación de Capital, Fondo de Cultura Economica, cidade do México.

Velloso, J.P.R. (1998) - A Crise Mundial e o Grande Ciclo Brasileiro de Transformação no Final do Século e O Modelo de Especializações Avançadas: um Projeto para o Brasil do Século XXI em O Brasil e o Mundo, J.P. R. Velloso (org) José Olympio, Rio de Janeiro.

Rosenstein-Rodan, P. (1961) - Problems of Development in Eastern and South Eastern Europe, em B. Okun e R. W. Richardson (orgs), Studies in Economic Development, Holt, Rinehart and Winston, New York.

Magalhães, J.P.A. - (1996), Paradigmas Econômicos e Desenvolvimento, EDUERJ - Editora UFRJ Rio de Janeiro.

Furtado, C. (1964) - A Dialética do Desenvolvimento, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.

- ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas sempre às **terças-feiras, de 12h às 14h** na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535 ou na sede do Corecon, de **16h às 18h** (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análise em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

ARTIGO

por Victor Hugo Klagsbrunn

Indicadores de Conjuntura para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil

Indicadores Correntes e Antecedentes permitem acompanhar e prever a evolução conjuntural da economia brasileira e do Estado do Rio de Janeiro.

Primeiros Resultados do Indicador Corrente de Conjuntura: um acompanhamento mensal dos pontos de inflexão conjuntural, pelo ICE/BR e ICE/BR, e do PIB estadual.

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Acompanhamento da Economia do Estado do Rio de Janeiro - LAE/RJ, da Universidade Federal Fluminense, inicia a publicação de resumo de seu boletim mensal INFORME RJ/BR no Jornal do Economista do CORECON/RJ. O boletim é resultado de pesquisa que conta com o apoio do Instituto Virtual de Economia e Logística do Estado do Rio de Janeiro da FAPERJ.

O objetivo central deste esforço de pesquisa é o de detectar pontos de inflexão da conjuntura econômica no estado do Rio de Janeiro, visto no contexto da conjuntura nacional e de suas condicionantes internacionais.

Para alcançar estes objetivos na pesquisa são utilizados indicadores compostos, correntes e antecedentes, de conjuntura que agregam alguns dos aspectos mais relevantes - expressos por séries estatísticas específicas - para a configuração e a previsão da conjuntura econômica. O método de acompanhamento conjuntural através de indicadores compostos é antes de mais nada destinado a detectar antecipadamente sinais confiáveis de mudança de ritmo e sobretudo de direção na conjuntura econômica. Convém prevenir que sua capacidade de indicar níveis de atividade econômica é bastante limitada. Sua vantagem principal é a rapidez de sua publicação e a utilização de poucas séries estatísticas mensais, comprovadamente relevantes para a determinação da conjuntura econômica. Esta relevância deve, por seu turno, ser correntemente testada e adaptada, incorporando novos elementos da realidade.

Como a medida mais abrangente da atividade econômica de um país ou de uma região ou estado - o PIB - é estimado para o Rio de Janeiro apenas em bases anuais, e com bastante atraso, e para o Brasil somente em termos trimestrais, o LAE/RJ decidiu elaborar, em uma primeira etapa de trabalho, o indicador corrente de conjuntura econômica, que é aqui apresentado, tanto para o Rio de Janeiro - o ICE/RJ - quanto para o Brasil - o ICE/BR. Com base no primeiro, o LAE/UFF está divulgando também uma estimativa da evolução mensal do PIB do Estado do Rio de Janeiro, incluindo na fórmula os dados da Indústria Geral, incluindo portanto a Indústria Extrativa Mineral, cuja evolução explosiva nos últimos anos não é ditada por razões imediatamente conjunturais, mas tem por objetivo substituir importações mediante a exploração de novos poços que vão sendo descobertos e postos em função.

Aplicado para a economia do país, o indicador corrente ICE/BR constitui um bom sinalizador dos pontos de inflexão do PIB trimestral, elaborado pelo IBGE.

O LAE/UFF vem dedicando especial atenção ao estudo do setor da construção civil, para o qual está sendo elaborado um indicador espe-

cífico de conjuntura, e o papel marcante da intervenção federal na economia do Estado do Rio de Janeiro. Ambos constituem aspectos centrais da economia fluminense e nacional e ainda relativamente pouco explorados.

O indicador antecedente, a ser apresentado proximamente, terá então ter por referência o indicador corrente ora apresentado.

METODOLOGIA DO INDICADOR COMPOSTO CORRENTE

Na composição de indicadores correntes compostos faz-se necessário que as séries que o compõem sejam simultâneas em ciclo, isto é, que não haja defasagens de peso entres as séries da composição. O modo clássico para verificar se duas séries são simultâneas é o de se obter correlações entre elas com diversas defasagens. As séries são consideradas simultâneas se o coeficiente de correlação no "lag" zero é superior aos das demais defasagens. Uma vez que estes estudos podem ser afetados pela sazonalidade, a dessazonalização das séries é feita antes da obtenção das correlações. No caso aqui apresentado, utiliza-se o procedimento do *Bureau of the Census* dos EUA, que vem sendo adotado internacionalmente pela maioria dos órgãos de governo: o método X12, uma variante mais bem elaborada do X11-ARIMA do *Statistics Canada*. Depois desta verificação de simultaneidade nas diversas séries passíveis de entrarem na composição, o indicador corrente foi restringido às seguintes séries, no caso do ICE/RJ:

- Produção física industrial (indústria de transformação) do Estado do Rio (Fonte: IBGE/DEIND-PIM-PF);
- Faturamento real do comércio RJ (IBGE/DECSE - esta série vem sendo elaborada desde janeiro de 1995. Por esta razão, o indicador corrente para o estado do Rio de Janeiro é apresentado aqui apenas a partir daquela data.
- Vendas Industriais Reais (FIRJAN);
- Pessoal Ocupado na Região Metropolitana do RJ (IBGE/DEREN-PME);
- Rendimento Real Médio na Região Metropolitana do RJ (IBGE/DEREN).

Para o ICE/BR foram tomados, por analogia, Produção Física da Indústria, Vendas Industriais Reais (CNI), Faturamento Real do Comércio da Região Metropolitana de S.Paulo (a partir do terceiro boletim ponderado com o da RM do Rio de Janeiro) e Pessoal Ocupado e Rendimento Médio nas Regiões Metropolitanas pesquisadas pela PME do IBGE.

A construção de indicadores compostos é feita através de uma composição linear do tipo:

$$U = w_1 X_1 + w_2 X_2 + \dots + w_n X_n$$

Na qual U é o índice composto, X_1, X_2, \dots, X_n são os índices que participam da composição e w_1, w_2, \dots, w_n são os pesos atribuídos a cada um destes índices.

Para a criação do indicador corrente utilizamos a metodologia criada pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos baseada em quatro passos:

- a) Taxas mês contra mês anterior são obtidas para cada uma das

ARTIGO

componentes. Se a componente é uma taxa é utilizada a diferença em relação à taxa do mês anterior. Aplica-se no geral a taxa percentual de variação dita simétrica:

$$200 * [X(t) - X(t-1)] / [X(t) + X(t+1)] \text{ ao invés da convencional } 100 * [X(t) - X(t-1)] / X(t-1)$$

porque aquela trata simetricamente as mudanças positivas e negativas.

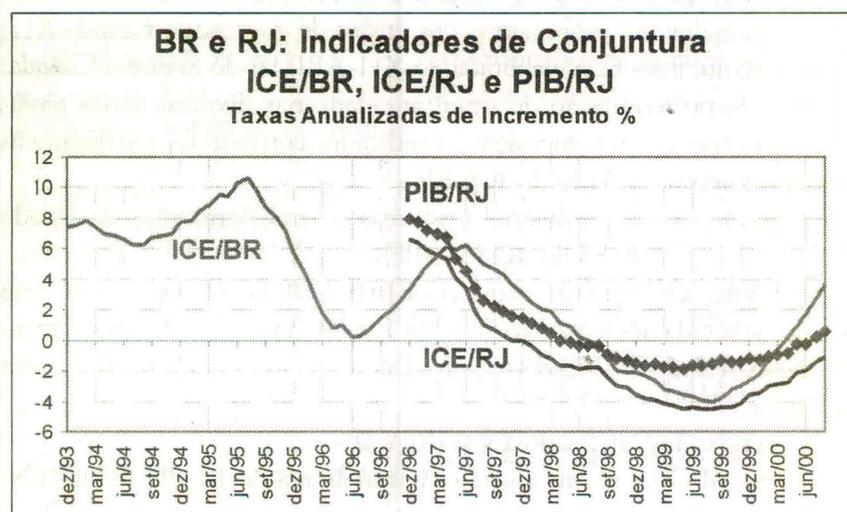
b) As taxa mês contra mês anterior são ajustadas para equalizar a volatilidade de cada componente. Os desvios padrões das taxas, para cada uma das componentes são obtidos. Os inversos destes desvios são utilizados como pesos tomando-se o cuidado de padronizar estes pesos de modo que sua soma seja um. Estes pesos são aplicados às taxas originais.

c) Um índice de nível é obtido aplicando-se a inversa da fórmula da taxa percentual simétrica.

d) Os índices são transformados em base fixa, no caso com base no mês de janeiro de 1995.

PRINCIPAIS RESULTADOS DOS INDICADORES CORRENTES DE CONJUNTURA PARA O BRASIL E PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tanto para o Brasil quanto para o Estado do Rio de Janeiro a evolução dos indicadores compostos correntes utilizados mostra, com bastante nitidez, que a recuperação econômica iniciou na segunda metade de 1999, com um pequeno atraso em nosso Estado. Por outro lado, a recuperação da economia fluminense tem sido mais lenta que na média brasileira (dados até agosto de 2000).



Fonte: elaboração LAE/UFF

Uma das razões principais deste menor dinamismo radica na tímida recuperação da indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro, como se mostra mais adiante.

Esta observação ganha maior importância porque a atual fase de crescimento econômico no Brasil está sendo principalmente impulsionada pela indústria de transformação, que é o sub-setor cuja evolução é, no geral, mais nitidamente cíclica e tende a imprimir seu ritmo ao restante da economia.

Em consequência, o PIB estimado para o Rio de Janeiro também apresenta crescimento bem abaixo do que se vem estimando para o país, segundo as informações coletadas pelo IBGE até o terceiro trimestre de 2000.

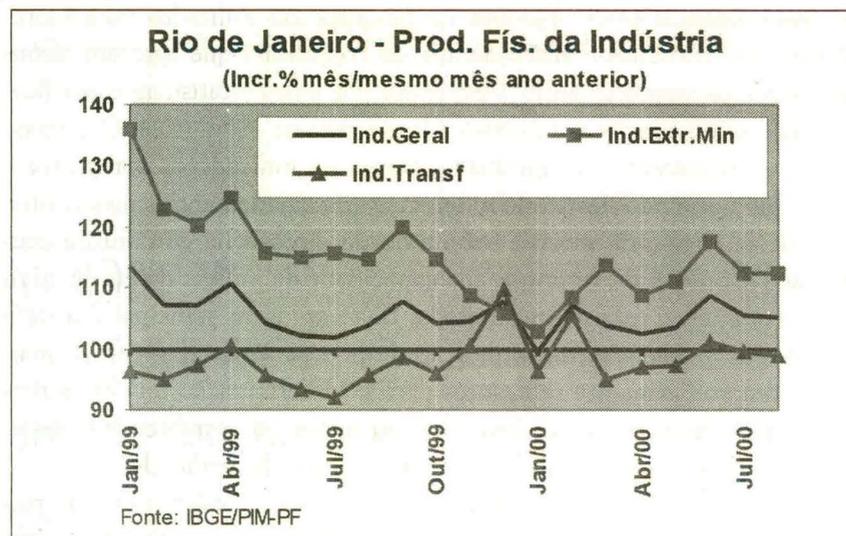
Por outro lado, a atual fase de recuperação e crescimento já vem afetando positivamente, há alguns meses, alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho. Entre as variáveis escolhidas para compor o indicador corrente de conjuntura, tanto para o Brasil quanto para o Rio de Janeiro, ressalte-se a quantidade de pessoas ocupadas e a melhoria do rendimento médio real das mesmas.

ICE/BR	Variação % mês/mesmo mês ano anterior					
	ICE/BR	PFInd_Br	Rendim.	POc	V.Pr.Ind	Com.SP+R.
Jan/00	2,12	5,5	-5,3	2,6	6,1	2,3
Fev/00	7,48	11,0	-4,0	3,3	18,4	14,9
Mar/00	2,19	3,6	-2,7	3,8	4,8	0,6
Abr/00	5,71	6,9	-2,0	5,4	8,3	14,9
Mai/00	4,89	3,1	-0,2	5,0	17,4	9,1
Jun/00	6,17	7,2	0,8	3,9	9,5	8,6
Jul/00	7,55	8,6	0,9	4,9	11,8	9,9
Ago/00	6,58	6,3	1,1	5,7	10,8	10,3
Set/00		5,4		5,1		

PIB/RJ	Variação Mês/mesmo mês ano anterior				
	PFInd.Ger	Fat.Comerc	Vend_Ind	Rendiment	POc
Jan/00	-0,3	-4,5	6,1	-4,4	0,3
Fev/00	7,0	7,7	14,2	-2,9	0,2
Mar/00	4,0	-8,8	6,1	-4,2	-0,1
Abr/00	2,6	-2,5	-0,5	-1,4	1,8
Mai/00	3,6	-4,4	26,3	-0,2	2,6
Jun/00	8,8	-6,4	-0,4	0,4	2,2
Jul/00	5,5	-5,1	9,2	1,6	4,7
Ago/00	5,2	-4,0	0,5	0,8	5,1
Set/00				2,2	5,7

Fonte: LAE/UFF

A INDÚSTRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: IBGE/PIM-PF

A indústria extrativa mineral, e com ela a indústria em geral do Estado, ainda apresentaram durante todo o ano taxas positivas de crescimento. Porém, o mesmo não vem ocorrendo com o indicador de produção física da indústria de transformação, conforme pesquisa do IBGE.

Na verdade, poucos foram os meses em que a indústria de transformação apresentou produção física maior que nos mesmos períodos do ano anterior (índices maiores que 100 no gráfico correspondente). Lembre-se que esta evolução pode ser bastante modificada no futuro próximo, com a entrada em operação de importantes empreendimentos industriais no Estado, como a fábrica da Citroen/Peugeot no Sul Fluminense e a retomada da construção naval que finalmente apresenta contornos mais concretos.

Em todo caso, a performance também da indústria fluminense em geral está bastante aquém da média nacional: a primeira acumula no ano um crescimento da produção física de 4,5% até agosto, enquanto o Brasil apresenta acréscimo de 6,5%. A comparação referente à indús-

ARTIGO

tria de transformação é bem mais discrepante: -0,56% no Rio de Janeiro e 6,35% na média brasileira.

Uma possível explicação pode ser buscada na menor participação do setor industrial no PIB fluminense, pois a atual recuperação e expansão da economia brasileira está sendo mais claramente impulsionada por aquele setor.

O Estado do Rio de Janeiro, por seu turno, tem parte maior de seu PIB composta pelo setor de serviços, que vem apresentando, conforme a estimativa de crescimento trimestral do IBGE, um avanço mais modesto durante 2000. A forte dependência da economia fluminense frente ao setor público federal constitui certamente outro fator explicativo para o pouco dinamismo nos últimos anos, pois o gasto público da União tem se mantido claramente contido e pouco tem contemplado o Estado.

Por outro lado, a expansão da extração mineral de petróleo e gás no Estado, juntamente com a recuperação de seus preços internacionais, tem carreado nos últimos dois anos um volume crescente de recursos para as Prefeituras e para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, permitindo, em princípio, maior volume de gastos públicos, que tenderão a estimular a demanda e a atividade econômica no Estado.

LABORATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO DA UFF

Equipe responsável: prof. Victor Hugo Klagsbrunn (Departamento de Economia/UFF - Coordenador), prof. Victor Hugo Gouvêa (Departamento de Estatística/UFF e ENCE/IBGE) e Prof. Mário Duayer (Departamento de Economia/UFF).

PRÊMIO

PRÊMIO CIDADE DO RIO DE JANEIRO De Ciência e Tecnologia 2000

A Prefeitura da Cidade, por intermédio da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia, torna público que estão abertas as inscrições para candidatos. O Prêmio será concedido ao Pesquisador cujo trabalho científico ou tecnológico tenha contribuído, inequivocamente, para o desenvolvimento ou projeção do Município do Rio de Janeiro, no cenário nacional ou internacional, objetivando o reconhecimento a pessoas que efetivamente contribuíram para o desenvolvimento da humanidade. **O Prêmio consiste em um diploma e uma importância em dinheiro no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** e objetiva ampliar o reconhecimento a pesquisadores, cujos trabalhos tenham sido realizados em universidades, institutos, núcleos ou centros de pesquisa e desenvolvimento nacionais, públicos ou privados, sediados na cidade do Rio de Janeiro.

INDICAÇÃO DOS CANDIDATOS

A indicação dos candidatos deverá ser realizada por entidades sediadas na cidade do Rio de Janeiro ligadas à área de Ciência e Tecnologia. Cada entidade ou empresa, por intermédio de seu Dirigente Máximo, poderá indicar apenas um único candidato, pertencente ou não a seu quadro.

As indicações deverão ser encaminhadas à Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, à Avenida Beira Mar, 262 - 5º andar - CEP 20021-060 - Castelo/RJ; acompanhadas dos seguintes documentos:

Carta de encaminhamento por entidade de C&T da Cidade do Rio de Janeiro;

"Curriculum Vitae" do candidato; Justificativa de indicação;

Outras informações consideradas elucidativas.

Informações Adicionais: (21) 544-5751 ou pires@redetec.org.br



A ESCOLA DE NEGÓCIOS
DA PUC - RIO

PÓS-GRADUAÇÃO (MBA)

● GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Horário: 3ª, 4ª e 5ª (Noite)

● MARKETING

Turma 1: 2ª, 3ª e 4ª (Noite)

Turma 2: 6ª (Noite) e Sábado (Manhã)

● FINANÇAS CORPORATIVAS

Turma 1: 2ª, 3ª e 4ª (Noite)

Turma 2: 6ª (Noite) e Sábado (Manhã)

Início: Março / 2001

A SÍNTESE ENTRE
O SABER CIENTÍFICO
E A EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL.

SELEÇÃO

ABERTA



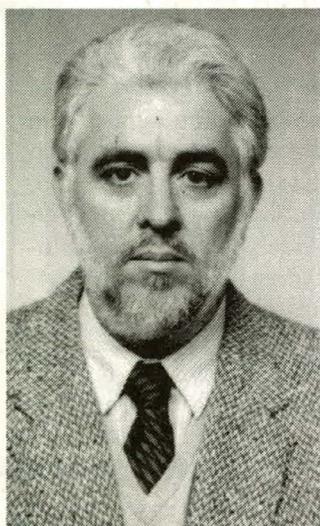
PUC
RIO

• Tel.: 239-2993 / 529-9453 / 529-9454 / 529-9455
• Fax: 511-3032 • www.puc-rio.br/iag

ENTREVISTA

Reforma do Setor Energético: Problemas e Perspectivas

Entrevista concedida por Adilson de Oliveira e João Lizardo R. Hermes de Araújo, do Grupo de Energia do IE/UFRJ



Adilson de Oliveira é prof. titular do IE/UFRJ; ex-consultor do Ministério de Minas e Energia de empresas brasileiras e internacionais; Autor do livro 'Energia e Desenvolvimento Sustentável', publicado pela Eletrobrás/1999

JORNAL DOS ECONOMISTAS - A reforma era necessária?

ADILSON/JOÃO - Esta questão deve ser qualificada para ser respondida. Primeiro, vamos discutir a eletricidade. De um lado, as mudanças tecnológicas em informática e telecomunicações reduziram os custos de transações e tornaram possível separar atividades de comercialização daquelas ligadas às redes físicas, inclusive na eletricidade (cujas características impõem um nível de coordenação elevado na operação). No caso da energia elétrica, os avanços em usinas térmicas a gás natural, e o crescimento da oferta deste último, tornaram concebível a competição na geração. Desta maneira, excluindo água e saneamento, a noção de que as indústrias de infra-estrutura seriam monopólios naturais verticalmente integrados perdeu substância. Em outras palavras, a reforma era possível. Por outro lado, estes eventos ocorreram junto com uma deterioração do desempenho dos serviços públicos tradicionais, por diversos motivos. Nos países industriais as redes

Nos anos noventa, as indústrias de infra-estrutura no mundo inteiro sofreram reformas radicais, no sentido de reduzir o papel do governo e enfatizar a concorrência e mecanismos de mercado. Este movimento começou em fins dos anos setenta, mas somente na última década tornou-se praticamente universal. A América Latina também seguiu a tendência, com ritmos e resultados variáveis. No caso da energia no Brasil, cabe distinguir as indústrias de eletricidade, petróleo e gás por suas características e contextos.

de transmissão e distribuição estavam maduras implicando no fim de economias de integração. Isto, junto com os choques do petróleo e os prejuízos com o fim do sonho nuclear, inverteu a tendência de queda dos custos reais e deteriorou as finanças das empresas elétricas. A reforma surge como um meio de recuperar eficiência através de pressões competitivas onde possível, e de mecanismos de incentivos em segmentos monopolistas (os "negócios de fios", i.e. transmissão e distribuição). Na América Latina, e no Brasil em particular, a deterioração do desempenho teve outras causas. Em primeiro lugar, estamos ainda em pleno processo de construção das redes, havendo portanto economias de integração ainda a ganhar; em segundo, a concentração em hidrelétricas fez com que os aumentos de preços do petróleo nos anos setenta não tivessem impacto direto sobre os custos. No entanto o endividamento externo para construção de hidrelétricas, junto com uma organização do setor que acabava estimulando ineficiência, levou a uma deterioração financeira acelerada tão logo os juros subiram e houve a crise da dívida em 1982. Para completar, o Banco Mundial mudou sua política nos anos oitenta, interrompendo o financiamento a empresas estatais, o que levou à virtual impossibilidade de continuar a expansão com o modelo anterior,

dada a deterioração financeira do Estado. Pragmaticamente, podemos dizer que a reforma foi necessária.

No caso do petróleo, a reforma é coerente com a política de abertura da economia. Não houve, internacionalmente, nenhuma mudança estrutural do porte daquela ocorrida em eletricidade; a reforma brasileira é pois apenas uma adequação ao contexto. Existem armadilhas a evitar, e falaremos delas adiante. Finalmente, quanto ao gás trata-se antes de uma estruturação que de uma reforma já que esta indústria é ainda incipiente no Brasil.

JE - Qual a orientação geral dessas reformas?

ADILSON/JOÃO - Basicamente, as reformas têm dois pontos focais: privatização, e introdução de concorrência onde viável. No caso brasileiro, a ênfase em cada um desses dois pontos tem variado segundo o setor em função das restrições políticas enfrentadas pelo governo; de maneira geral, pode dizer-se que o maior peso tem sido dado à privatização. Isto acarreta implicações importantes para a regulação setorial. Se não há competição efetiva, a regulação tem de defender fortemente o consumidor além de estimular investimentos e melhoria na qualidade dos serviços. Na prática, a introdução de concorrência nes-



João Lizardo é prof. titular do Grupo de Energia e diretor de Pesquisa do IE/UFRJ; Autor de várias publicações; Assessor de organizações nacionais e internacionais; Atualmente trabalha sobre regulação da infra-estrutura e sobre problemas do mercado atacadista de eletricidade no Brasil, atuando como consultor da ANEEL

ses setores é menos simples do que parece. Tratando-se de indústrias tradicionalmente organizadas em forma de monopólios verticalmente integrados, introduzir competição implica romper a integração vertical segmentando a cadeia produtiva, e garantindo acesso à infra-estrutura para todos os competidores.

JE - Como se desenrolou a reforma?

ADILSON/JOÃO - Houve problemas de execução, especialmente graves no setor elétrico: foi feita a privatização antes de ser implantada a regulamentação do setor. Isto levou a bom número de situações de fato e contratos *ad hoc* para viabilizar as privatizações, que diferem entre si e dificultam a tarefa do órgão regulador (ANEEL). No Mercado Atacadista de Energia, peça fundamental do novo regime, continuam sendo objeto de debate as regras de formação de preço no mercado horário; sem essa definição, os riscos crescem para os investidores e a expansão desejada com capitais

ENTREVISTA

privados não acontece. Em consequência, o governo vem paulatinamente assumindo parcelas crescentes dos riscos e custos da expansão.

No setor petróleo houve menos atropelo, e a introdução de concorrência vem sendo perseguida preservando a Petrobras. Este encaminhamento, se por um lado retarda o estabelecimento de um mercado brasileiro de combustíveis líquidos plenamente competitivo, por outro cria condições favoráveis para que a Petrobras venha a tornar-se a multinacional **brasileira** da indústria do petróleo. Para isso, é fundamental que seja mantida a atual política de abertura do mercado brasileiro, simultaneamente com a conquista de espaços em outros mercados para a Petrobras. É importante notar que a concorrência no mercado do petróleo não ocorre em nível nacional; essa é uma indústria totalmente globalizada, onde mercados nacionais são importantes apenas quando protegidos.

No caso do Gás existem muitas indefinições regulatórias. O maior problema reside no fato de as distribuidoras terem o monopólio de suas áreas geográficas. Esta situação cria uma inconsistência com a reforma do setor elétrico. Além disso, a Petrobras continua sendo o único fornecedor de gás no Brasil. Desta forma, o dilema básico não está sendo enfrentado: o de construir uma indústria de gás concorrencial. Como consequência dessa inconsistência, as térmicas têm encontrado dificuldades para se financiarem.

JE - Concretamente, quais são os principais problemas e perigos da reforma?

ADILSON/JOÃO - Existem vários problemas. Alguns, graves, necessitam resposta adequada no curto prazo; outros podem surgir a médio e longo prazos. O mais grave é a expansão do sistema elétrico (geração, transmissão e distribuição) que não está ocorrendo como se esperava e como deveria, principalmente na geração, ao contrário do petróleo onde

se nota forte atividade de exploração e produção.

Isto ocorre, em primeiro lugar, porque o petróleo é um bem *tradable* e seu preço é definido pelo mercado internacional. Em contraste, a eletricidade é um bem *non tradable*, e seu preço é definido de maneira administrativa apesar da retórica de competição. Em segundo lugar, os preços do mercado são muito superiores aos custos de produção do petróleo, ao passo que os custos de geração das novas centrais elétricas são superiores aos preços praticados nos contratos iniciais, que vigoram até 2005.

Além disso, o caso do setor elétrico envolve outros complicadores; sem dúvida a remuneração administrada é parte da resposta, mas não podemos esquecer que a Califórnia também se debate em crise de investimentos apesar de ter feito uma reforma competitiva desde 1996. Uma terceira diferença crucial entre o petróleo e a eletricidade no Brasil está em que as petroleiras são obrigadas a investir em exploração e produção para garantir uma parte do mercado, enquanto que as operadoras elétricas adquiriram direitos ao mercado comprando ativos existentes. Dado que suas matrizes têm uma quantia finita para investimentos, cada dólar comprado em ativos é um dólar a menos para investir em expansão. E como as grandes geradoras estão para ser privatizadas, é natural que as operadoras esperem para ver. O que não é uma situação "natural" para a sociedade e a economia brasileiras é ficar sem investimentos na expansão.

JE - E quais os outros problemas?

ADILSON/JOÃO - De modo geral a reforma tem trazido poucos benefícios aos consumidores, com tarifas crescendo muito mais que o poder aquisitivo, ao contrário dos propósitos explicitados. A qualidade do serviço tem apresentado problemas, e a universalização do acesso aos serviços públicos ainda está por ter uma solução

adequada a um contexto competitivo embora deva-se reconhecer o empenho da ANEEL em resolver o problema até 2005. Outro problema que a reforma deve enfrentar são os impostos em cascata, que dificultam a desverticalização. A desnacionalização das indústrias de energia apresenta um possível problema no médio e longo prazos, reduzindo o escopo de políticas ativas e introduzindo um complicador para o desenvolvimento da infra-estrutura.

JE - Vocês falaram em problemas também na distribuição de eletricidade. Podem explicitar melhor?

ADILSON/JOÃO - Estes decorrem diretamente do descompasso entre privatização e regulamentação, e de terem sido subestimados os problemas decorrentes da mudança de regime regulatório. Além de verticalmente integrada, a indústria de eletricidade era regulada pelo regime de custo de serviço. Neste regime, os custos são repassados ao consumidor e os investimentos realizados são remunerados. Apesar de não induzir à eficiência estática, este regime tinha alguns efeitos positivos para o consumidor e pode-se mostrar que induzia eficiência dinâmica: interessava à empresa elétrica investir (e até sobre-investir), o que beneficiava a qualidade dos serviços; por outro lado, a existência do monopólio permitia subsídios cruzados e viabilizava a expansão do acesso aos serviços. A mudança para o regime de preços de contrato, feita para incentivar a busca de eficiência produtiva na esperança de que menores custos redundassem em menores tarifas no médio prazo, não se preocupou com o fato de que este regime não dá incentivos ao investimento e à qualidade; mais ainda, a introdução de concorrência na comercialização de energia elétrica complica e muito a universalização de serviços. Seria necessário, no primeiro caso, introduzir cláusulas de reajuste tarifário que premiassem esforços em expansão e qualidade dos serviços embora isto não

seja trivial. No segundo caso, o estabelecimento de metas de expansão do acesso deveria ser complementado por mecanismos para uma tarifação consistente com a concorrência na comercialização; por exemplo, a expansão do acesso e tarifas sociais seriam custeadas por um fundo cobrado de **todos** os comercializadores, de modo a manter simetria entre os competidores.

JE - Quais os principais problemas para o petróleo?

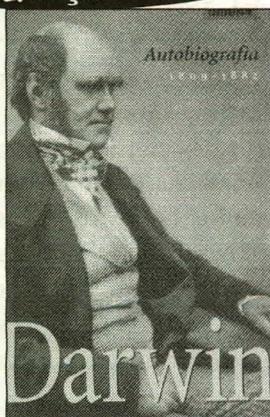
ADILSON/JOÃO - O principal problema é o risco de desnacionalização da Petrobras. Não sei se existe unanimidade do governo sobre a necessidade de se ter a Petrobras forte e sob controle nacional, crescendo internacionalmente em compensação ao espaço cedido para outras operadoras no mercado interno. A manutenção da conta petróleo é um mecanismo importante para amortecer as flutuações de preço do petróleo no mercado internacional. Embora o regulador deva cuidar para que a Petrobras não abuse de seu poder de mercado dominante para garantir um ambiente competitivo, não deve chegar ao ponto de manietá-la e inviabilizá-la como empresa.

JE - E o gás?

ADILSON/JOÃO - Aqui enfrentamos um dilema. De um lado procura-se criar mercados para viabilizar o gás nacional como combustível, de outro as reformas são orientadas para a concorrência. Em teoria, a introdução do gás natural deveria alavancar a competição na geração de eletricidade. Na prática, o gás natural está com preço administrado para estimular a criação e expansão de redes de distribuição de gás, o que reduz sua competitividade para geração elétrica. Por outro lado, isto reforça o atual quadro em que o mercado elétrico é apenas retórico. Neste andar, tudo o que terá sido feito será mudança de proprietários e de regime regulatório, com os problemas acima vistos.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



Autobiografia (1809-1882)
128 páginas • Charles Darwin
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.
Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Preço com desconto: R\$ 25,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel./Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

- ARTIGO - por Ana Célia Castro -

Professor Geoffrey Hodgson no Brasil

O Prof. Geoffrey Hodgson, Professor at the University of Hertfordshire, participou de vários eventos em sua visita ao Brasil, no período de 9 a 20 de outubro. O Prof. Hodgson é conhecido, e reconhecido, por sua relevante contribuição ao pensamento econômico institucionalista. Suas principais publicações são: *Economics and Utopia* (1999), *Economics and Evolution* (Polity Press, 1993), *Economics and Institutions* (Polity Press, 1988) e *The Democratic Economy* (1984). Além destes livros, mais de 100 artigos foram publicados pelo autor em livros e revistas especializadas em economia.

A importância do estudo das instituições vem sendo crescentemente reconhecida por economistas, num contexto de globalização e de resregulamentação das economias. Em sua versão neo-institucionalista, inspirada nos trabalhos de Ronald Coase, Douglas North e Oliver Williamson, são aceitos alguns atributos básicos da perspectiva neo-clássica dominante - por exemplo a ênfase no interesse próprio, no comportamento racional, ainda que limitado, apesar do reconhecimento do relevante papel das instituições. De fato, a versão neo-institucionalista propõe-se explicar: a) como as instituições econômicas podem surgir dado o objetivo comportamental de minimizar os custos de transação, e b) como estas instituições podem afetar o comportamento econômico subsequente.

Nos anos 1980 e 1990, este enfoque foi aplicado a uma ampla gama de assuntos, incluindo os direitos de propriedade, a firma (e.g., Williamson, 1985), a propriedade territorial rural e as instituições (e.g., Bardhan, 1989), às redes de comércio internacional. O reconhecimento do Prêmio Nobel a Coase (1995) e a North (1994) simbolizou o peso que tal perspectiva teórica vem ganhando nos meios acadêmicos, mesmo entre os economistas do mainstream. Mas deve ser enfatizado que o Neo-Institucionalismo não é o único enfoque institucionalista desenvolvido nas últimas duas décadas.

Numa visão institucionalista alternativa parte-se da noção de

que, ao invés da existência de uma mão invisível, ou de custos de transação que definem se a coordenação econômica se dará alternativamente entre mercados e firmas, mercados e firmas são amparados por um complexo e constantemente mutável conjunto de instituições, em cujo desenho o Estado e a Sociedade jogam um papel crucial.

A questão relevante que está por trás da investigação institucionalista é a evolução dos sistemas econômicos, suas mudanças fundamentais, os processos de causalidade cumulativa, para que se possa encontrar as permanências e mudanças no processo evolutivo. A definição de instituições é colocada, assim, no contexto das críticas às premissas racionalistas e empíricas: "Hábitos e costumes, em vez de intelecto e sensações, são o fundamento de toda a ciência. Hábitos de pensamento fornecem e reproduzem os arcabouços conceituais através dos quais entendemos e atribuímos sentido ao mundo" (Commons). As instituições são definidas por Veblen como "hábitos de pensamento estabelecidos e comuns à generalidade dos homens. As instituições são, ao mesmo tempo o resultado e o reforço dos processos rotinizados de pensamento que são compartilhados por um número de pessoas numa dada sociedade. As instituições, portanto, ajudam a sustentar hábitos de ação e de pensamento (Veblen, 1934). Tanto para Veblen quanto para Commons, as instituições não são apenas restrições. As instituições atuam tanto como forças liberadoras quanto como forças limitantes. As instituições jogam um papel central ao fornecer um arcabouço cognitivo para interpretar os dados e para fornecer hábitos intelectuais e rotinas que transformam a informação em conhecimento útil.

Estamos, assim, diante da (re)construção de uma alternativa teórica às visões mais alinhadas com o mainstream da Teoria Econômica. Nessa direção, Hodgson sintetizou recentemente o que ele considera que seriam as tarefas que estão sendo colocadas para os que pretendem construir essa visão alternativa (veja a seguir as Doze

Teses de Veneza).

O Conselho Regional de Economia, em conjunto com a Universidade Cândido Mendes de Ipanema, e o CPDA (Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) promoveram o seminário do Prof. Geoffrey Hodgson: "New and Old Institutionalisms", tendo como coordenadora a Profª Ana Célia Castro (CPDA/UFRRJ) e como debatedor o Prof. Leonardo Burlamaqui (UCM, Ipanema).

Uma Economia alternativa para o novo milênio: as teses de Veneza by Geoffrey M. Hodgson.

The Business School, University of Hertfordshire, Mangrove Road, Hertford, Hertfordshire SG13 8QF, UK

Address for correspondence: Malting House, 1 Burton End, West Wickham, Cambridgeshire CB1 6SD, UK, g.m.hodgson@herts.ac.uk.

Preâmbulo - Estas notas são uma tentativa de estabelecer um patamar comum para uma economia alternativa no novo milênio. A menos que medidas corretivas sejam tomadas, a herança e o potencial das tradições intelectuais da Economia podem estar sendo perdidas. Temos que aprimorar nossas teses às portas da Catedral de São Marcos e partir para uma terra distante, talvez levando conosco o melhor dos tesouros de Veneza e deixando para trás o significado da decadência formal rebuscada, ainda que elegante.

As Doze Teses

1. Uma ciência é normalmente definida como sendo o estudo de um aspecto particular da realidade objetiva. A Física versa sobre a natureza e as propriedades da matéria e da energia, a Biologia trata das coisas vivas, a Psicologia, da *psyche*, e assim por diante. Para muitos economistas, no entanto, seu objeto é definido em termos da adoção de afirmativas e técnicas centrais, e não como o estudo de um objeto real.

2. A economia é uma parte vital de qualquer sistema social. Ao longo de grande parte dos séculos XIX e XX, a "economia políti-

ARTIGO

ca" e mesmo a "economia" estavam orientadas para o estudo científico da economia. Atualmente, entretanto, a Economia em larga medida tem-se tornado um exercício dedutivo a partir de técnicas matemáticas. Isto traz todos os deméritos do "passatempo elegante" contra o qual Alfred Marshall advertia em 1900. Mais do que uma tentativa acadêmica de entender as economias do mundo real, a adoção da técnica matemática lamentavelmente tornou-se o critério definidor da aceitação no círculo restrito da comunidade dos cientistas econômicos.

3. Desde Lionel Robbins, em 1932, o *mainstream* da Economia era definido como a "ciência da escolha sob condições de escassez". Desde Talcott Parsons, in 1937, a Sociologia se definiu como sendo "a ciência ... da ação social". Contudo, na realidade as fronteiras entre escolha e ação não são claras e esta tentativa de apartar a Sociologia da Economia é profundamente insatisfatória. De todo modo, apesar da fragilidade conceitual desta divisão, lamentavelmente inexistente o diálogo entre economistas e sociólogos.

4. Uma Economia alternativa pode usar todas as técnicas disponíveis, desde que se revelem viáveis para o estudo do objeto real de análise. Descrição dos fatos, exegese conceitual, simulação computadorizada e modelo matemático, todos têm seu lugar, mas apenas à medida que possam trazer acréscimos ao nosso entendimento das economias reais, passadas

ou presentes.

5. Conforme Ronald Coase expressou em 1977, a Economia deveria ser o estudo do "funcionamento das instituições sociais que mantém a unidade do sistema econômico: empresas, mercado de produtos e serviços, mercado de trabalho, mercado de capitais, sistema bancário, comércio internacional, e assim por diante". Deste modo, a tarefa central de uma ciência econômica alternativa é entender a natureza e o funcionamento das organizações, instituições e estruturas econômicas. O estudo de instituições reais requer uma combinação entre trabalho empírico, conceitual e teórico. Neste tipo de empreendimento científico, o estudo da História provê um fórum de avaliação vital, ao lado de outros testes valiosos e importantes de aferição de rigor e de significado estatístico.

6. Uma Economia alternativa deveria ter um forte conteúdo transdisciplinar. Disciplinas e subdisciplinas como a Sociologia Econômica, Economia Empresarial, História Econômica, História do Pensamento Econômico, Metodologia Econômica e Finanças - têm sido confinadas nos Departamentos de Economia, ou mesmo diretamente removidas dos Currículos Universitários. Numa Ciência Econômica alternativa, esta situação deve ser restaurada.

7. A economia é um sistema complexo, com níveis múltiplos de operação e com propriedades emergentes a cada nível. Dada esta complexidade e emergência, é impos-

sível explicar ou prever completamente o fenômeno num nível com relação a outro nível de análise. Em particular, o "individualismo metodológico e o "projeto de microfundamentos" falhou. Deve-se reconhecer a autonomia relativa dos diferentes níveis de análise, incluindo o da macroeconomia. Evidentemente, é ainda importante explorar as ligações explicativas entre os diferentes níveis.

8. Poderia-se dizer, sem sombra de dúvida, que a batalha de poder entre a economia ortodoxa e seus rivais heterodoxos foi perdida. Entretanto, os ortodoxos não venceram a batalha das idéias - simplesmente eles passaram ao largo dela, resguardados pelo controle que exercem sobre as instâncias acadêmicas que possuem credibilidade e poder. Acadêmicos qualificados subscrevem as sete proposições acima - mesmo os que com uma forte reputação internacional - teriam grande dificuldade de obter uma posição de senior em qualquer um dos proeminentes departamentos de economia em Universidades de língua inglesa e por toda parte.

9. Seguem-se três tarefas urgentes. A primeira tarefa é desenvolver os fundamentos conceituais de uma Teoria Econômica alternativa. São requeridos arcabouços teóricos que sejam sensíveis à mudança histórica e à variedade institucional. O objetivo é explicar e engajar-se com o mundo real, em vez de enveredar na teoria pela própria teoria. A última preocupação deve estar ligada ao valor ope-

racional e social da teoria desenvolvida.

10. A segunda tarefa urgente é chegar a um acordo sobre o "rótulo" desta Economia alternativa. Este rótulo deve ser suficiente compreensivo mas ao mesmo tempo distintivo. Depois de trinta anos, os "Pós Keynesianos" podem não ter desenvolvido uma identidade distintiva. Rótulos como "Sócio-Economia" e "Economia Evolucionária" são atraentes, mas o problema que têm em comum é o de incluir tudo, mesmo o formalismo neoclássico, e não excluir nada. Talvez o melhor rótulo para o futuro seja "Economia Institucional".

11. A terceira tarefa é estabelecer Departamentos universitários e currículos adaptados ao novo rótulo. Esta tarefa é especialmente urgente nos países onde as preocupações da Economia alternativa tem sido dirigidas para além dos limites da Academia (incluem-se aqui os Estados Unidos, a Inglaterra, a Austrália e muitas nações européias).

12. Há várias tentativas em curso de recuperar a Economia heterodoxa (não pertencente ao "*mainstream*"). Todas têm falhado. Vamos aprender com o passado e aceitar a seriedade e importância do desafio. De outra forma, a Economia heterodoxa (*non-mainstream*) terá sido expulsa das maiores Universidades no horizonte de 2020.

Ana Célia Castro é pós-Doutorado em Economia (University of California/Berkeley).

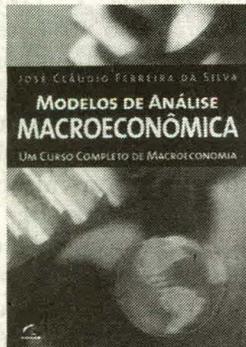
ADVOGADOS

Alimentos • Separação • Divórcio • Inventário • FGTS
Reposição de Planos Econômicos • Dano Moral
Dano Material • Cartão de Crédito • Cheque Especial
Direito do Consumidor e Contratos

Telefones: (21) 544-3860 / 544-9765

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,
Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política.* Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica.* Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana.* De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia.* Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens.* Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira.* Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento.* Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo.* CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

EVENTOS**SEMINÁRIO INTERNACIONAL**

Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social
Campinas, 07 a 09 de dezembro de 2000

CHAMADA DE TRABALHOS

As desigualdades da sociedade brasileira alimentaram um processo de exclusão social que se espelha na estrutura das cidades e constitui um desafio para aqueles que se dedicam à melhoria das condições urbanísticas e habitacionais. A recuperação e qualificação dos assentamentos precários resultantes do processo de formação das nossas cidades nas últimas décadas se impõem com a mesma urgência que a democratização do acesso à terra e a provisão de novas unidades habitacionais.

A ação pública na gestão da terra urbana, tendo em vista a ampliação de oferta de moradia para estratos de baixa renda, produção e qualificação da habitação de interesse social, é a temática central deste Seminário. Para tanto estão convidados pesquisadores, estudantes, profissionais e gestores públicos para apresentar reflexões, apresentação e avaliação de experiências concretas de enfrentamento do tema.

Promoção: FAU/PUC-Campinas - Laboratório do Habitat e Mestrado em Urbanismo • Instituto Pólis - Estudo, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

Apoio: Lincoln Institute of Land Policy.

Informações adicionais: telefone: (19) 756-7261 - Fax: (19) 756-7196
E-mail: sem-gtu@acad.puccamp.br.

**GLOBALIZACIÓN Y
PROBLEMAS DEL DESARROLLO
III Encuentro Internacional de Economistas**

del 29 de enero al 2 de febrero del 2001

Palacio de las Convenciones
La Habana - CUBA

Contamos com o apoio de todos os convidados, delegados, observadores e participantes na divulgação e promoção, como foro de discussão acadêmica, do III Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2001 na cidade de Havana. Desta forma, economistas e demais cientistas sociais assumem um compromisso de avançar na apresentação de propostas concretas, com vistas à solução dos mais importantes problemas apontados nos encontros celebrados, na certeza de que contribuirão, ainda que modestamente, na superação dos mesmos.

Informações e inscrições: Alcides Pérez Pérez
Calle 22 Nro. 901 Esq. 9na. Miramar
La Habana, Cuba
Telefones: (537) 292084 e 22-9371
Fax: (537) 22-34-56
E-Mail: anec@info.get.cma.net

**VI Seminário
Internacional**

REVISTA AMÉRICA
LIBRE

A Revista América Libre, nasceu em 1992, na Cidade de Rosário, Argentina, durante a comemoração do 65º aniversário de Che Guevara. Ela representa a união de vários companheiros(as) de movimentos sociais, partidos políticos, ONGs e Centros de Assessoria aos Movimentos Populares. É uma revista que representa o ecumenismo dos diversos setores da esquerda progressista da América Latina. Tem como horizonte a libertação do continente latino-americano e, de cada um de seus países. A Revista tem realizado seminários que se constituem em fóruns de intercâmbio, de reflexão e de resgate da utopia libertária na América Latina. A temática central que estará animando o debate e o intercâmbio entre todos os participantes será a do **SOCIALISMO: Experiências e Perspectivas**. Estão confirmadas, até o momento, delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, México, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Local: Instituto Sedes Sapientiae (11) 3873-2314.

Data: 04 a 06 de dezembro/2000.

Preço da Inscrição: R\$ 10,00.

Informações complementares: Secretaria Executiva.

Telefones: (11) 3864-6162 ou cepis@sedes.org.br.

ELEIÇÕES 2000

MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DO CORECON/RJ - 2000

Foi eleita a chapa do Movimento de Renovação para o período de 2001 a 2003. Os eleitores aptos manifestaram seus votos, quer através de correspondência ou diretamente na urna instalada no CORECON/RJ. Foram apurados 1734 votos, da seguinte forma: 1.637 (Hum mil seiscentos e trinta e sete) na chapa, 74 (setenta e quatro) votos em branco e 23 (vinte e três) votos nulos.

CONFIRA ABAIXO A CHAPA ELEITA

Conselheiros Efetivos: Hildete Pereira de Melo, Hermes de Araujo, Helena Maria Martins Lastres, Sidney Pascoutto da Rocha.

Conselheiros Suplentes: Luiz Mário Behken, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz Bastos Pinto.

Delegado-eleitor junto ao COFECON: Domar Campos (efetivo), Ronaldo Raemy Rangel (suplente).

HOMENAGEM

CELSO FURTADO É HOMENAGIADO NA ABL

Aos 80 anos de vida, completados no dia 26 de julho passado, Celso Furtado recebe uma grande homenagem da Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira de número 11. A exposição "CELSO FURTADO VOCAÇÃO BRASIL" aberta no dia 09 de novembro/2000, na Galeria Manoel Bandeira, apresenta uma síntese da intensa produção intelectual do economista e pensador. A exposição contém, entre outras peças, livros, traduções, painéis fotográficos e vários documentos que refletem a importância desse intelectual e revelam em detalhes uma biografia que é motivo de orgulho, não somente para nós brasileiros, mas sobretudo, para americanos e europeus. Os curadores da exposição são Júlia Peregrino e Gláucio Campello que fizeram um trabalho primoroso em torno da obra de Celso. Com muita simplicidade, característica marcante do economista, cientista social, escritor e ex-ministro, Celso Furtado afirma que "não há mérito em fazer o que fez, foi uma questão de destino". Destino de pensar o Brasil. A exposição é, sem dúvida alguma, imperdível!

EVENTO

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O resultado que dele se espera é a identificação de caminhos e propostas mobilizadoras para manifestações e ações concretas da sociedade civil.

O Fórum Social Mundial será realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça.

O Comitê Rio de Mobilização para o Fórum Social Mundial, do qual o CORECON-RJ e o SINDECON fazem parte, coadunado em promover o evento de Porto Alegre, mas também em antecipar as discussões que lá ocorrerão realizará o seguinte seminário: "GLOBALIZAÇÃO E A AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS"

Palestrantes: sociólogo Emir Sader, teatrólogo Augusto Boal, Bispo Dom Mauro Morelli e economista João Pedro Stédile

Local: IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Rua Pinheiro, 10 - Flamengo - telefone: 557-4192.

Data: 22 de novembro de 2000 • **Horário:** 18:30 h.

Participações especiais: Associação Brasileira de Imprensa - ABI, numa homenagem "post mortem" a Barbosa Lima Sobrinho e ainda do Centro do Teatro do Oprimido, que apresentará uma peça sobre orçamento e eleição.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **CICLO DE VIDA DAS ORGANIZAÇÕES**
Eugênio Carvalho e Geraldo Ferreira
De: R\$ 18,00 Por: R\$ 12,80

▼ **CORRUPÇÃO E REFORMA POLÍTICA NO BRASIL: O IMPACTO DO IMPEACHMENT DE COLLOR**
Keith S. Rosenn e Richard Downes (orgs.)
De: R\$ 33,00 Por: R\$ 23,10

▼ **FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL: MITO OU REALIDADE?**
Fernando G. Tenório
De: R\$ 36,00 Por: R\$ 25,20

▼ **AS REGRAS DO JOGO: O PLANO REAL: 1997-2000**
Jorge Vianna Monteiro
De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

▼ **CUSTOS - UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO - VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalcanti
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO - VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Álvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL - ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Na página deste mês, veja a análise dos possíveis impactos da emenda nº 29 sobre os gastos da Saúde. Compreenda a fundamentação legal dos remanejamentos feitos nos últimos 3 meses. E ainda a mundança de opinião do atual prefeito em relação à dívida municipal.

A EMENDA Nº 29 É REMÉDIO PARA A SAÚDE ?

A Emenda nº 29 estabelece um patamar mínimo para o "financiamento das ações e serviços públicos de Saúde". Com a emenda, os gastos em Saúde devem corresponder a pelo menos 15% das receitas oriundas de impostos. A emenda estipula, no art. 76 ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que os municípios têm até 2004 para atingir o mínimo estabelecido, ressalvando que, desde 2000, a aplicação em Saúde não deverá ser inferior a 7% da receita considerada.

No Projeto de Lei do Orçamento para o exercício de 2001, a Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou um quadro referente às despesas e receitas citadas na Emenda nº 29, no corrente exercício de 2000 e para o próximo. Nesse quadro está listada a totalidade das receitas de impostos. No nosso entendimento, no entanto, o dispositivo constitucional em vigor não faz referência ao IPI-EX (Imposto Incidente sobre Exportação de Produtos Industrializados) nem ao IVVC (Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos). Cabe ressaltar que o volume de arrecadação desses impostos não altera o percentual investido significativamente – uma variação nunca superior a 1%. As despesas citadas são: o pagamento de pessoal e os encargos sociais de ativos e inativos, outras despesas correntes, os investimentos em Saúde.

Os recursos considerados são provenientes do próprio Tesouro Municipal (Fonte 50: Ordinários não vinculados). Não estão incluídos os recursos oriundos de convênios e transferências, como por exemplo o repasse do SUS (Sistema Único de Saúde) ao Fundo Municipal de Saúde (a partir de 1999). De acordo com os cálculos da prefeitura, os gastos previstos com Saúde alcançam 13,77% e 14,02%, da receita nos exercícios de 2000 e 2001, respectivamente.

No sentido de acompanhar o financiamento da Saúde, realizamos um breve histórico do seu orçamento desde 1998, com base nos dados das Prestações de Contas dos exercícios de 1998, 1999, na Lei Orçamentária de 2000, na Execução Orçamentária até Agosto de 2000 e no Projeto de Lei do Orçamento de 2001 (tabela I). Com intuito de atenuar eventuais distorções inflacionárias, dolarizamos os valores. Deve-se destacar que a queda significativa dos valores em 1999, reflete a grande desvalorização do real frente ao dólar nesse período, mais precisamente em fevereiro daquele ano.

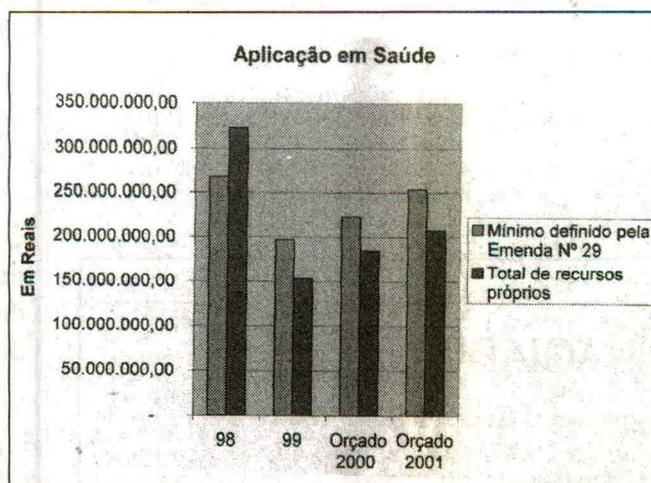
Com a implementação de recursos através do SUS, os investimentos na Secretaria Municipal de Saúde se avolumaram. No entanto este aumento não é identificado quando os valores são convertidos em dólares. O incremento dos investimentos se resume ao exercício de 1999. Nos exercícios seguintes, 2000 e 2001, nota-se uma tendência de queda dos investimentos oriundos de recursos próprios. Se as previsões orçamentárias para 2000 e 2001 se portarem como a dos anos anteriores, a queda dos investimentos será ainda mais acentuada. Isso porque nos exercícios anteriores de 98 e 99, as despesas de capital realizadas corresponderam a 50% das despesas autorizadas para essa categoria econômica na SMS. Os investimentos em Saúde a cargo da RIOURBE se mantiveram estáveis (variação nominal de 2%). No orçamento de 2000, estava previsto um incremento desses investimentos na ordem de US\$ 1,4 milhões, que provavelmente não deve se concretizar, tendo em vista que até agosto, o valor autorizado se reduzira ao patamar da despesa liquidada no ano anterior.

A receita tributária em dólares apresenta um declínio em 1999, que não necessariamente se reflete em termos reais, uma vez que a inflação não subiu na mesma medida que a taxa de câmbio. Com a municipalização dos hospitais federais, o orçamento de Saúde foi acrescido da transferência de recursos do SUS. A partir da sua implantação, os recursos próprios do município destinados a Saúde se reduziram (veja gráfico). A queda em 50% não pode ser atribuído à contração nas receitas, que foi da ordem de 25%. Em 1998, os gastos da prefeitura superavam, em 20%, o patamar hoje estabelecido de 15% dos impostos. Nos exercícios subsequentes, a situação se inverte. O total de gastos próprios ficou aquém da referência agora estabelecida na Emenda Nº 29. Cabe, então, nos questionarmos sobre a real função de instrumentos como o SUS e o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, apresentado na edição anterior): servem para complementar ou substituir os recursos próprios. E, afinal, para onde vão os recursos próprios ?

Tabela I	Orçado 2001*	Orçado 2000*	1999**	1998**
Pessoal e Encargos Sociais	184.301.496,82	163.643.978,23	139.167.688,81	223.231.480,54
Investimentos	5.350.318,47	6.696.215,08	6.084.841,24	8.046.436,64
Outras Despesas Correntes	48.332.562,30	41.920.235,52	252.356.857,67	181.211.369,10

* Apenas recursos da Fonte 50

** Não há distinção de fonte



DÍVIDA MUNICIPAL – O PREF. CONDE VOLTA ATRÁS

No dia 9 de novembro o jornal "O Globo" noticiou "Conde deixa conta de R\$ 720 milhões para César", a matéria falava sobre a impossibilidade do pagamento da primeira parcela da dívida municipal, negociada com a União, que vence em março de 2002. Nela o atual prefeito Luiz Paulo Conde concordava, pela primeira vez, que o cumprimento do acordo será uma meta de difícil ou de quase impossível realização. Durante a campanha eleitoral, o atual prefeito afirmava que "negociou brilhantemente a dívida municipal" calcado na garantia da Secretária de Fazenda Sol Garson de que haveria uma receita extra de, no mínimo, R\$ 370 milhões advinda de dívidas de estatais federais, que, segundo a matéria, não se concretizará.

Essas informações corroboram com a nossa opinião, já expressada há tempos, de que o acordo anunciado comprometeria a manutenção/expansão dos serviços públicos municipais.

MAIS UM ENIGMA DO REMANEJAMENTO DESVENDADO

A partir de setembro do corrente, o Fórum passou a acompanhar os remanejamentos de forma ainda mais detalhada: além de verificar todas as aberturas de crédito suplementar, passamos a discriminar a sua fundamentação legal. A lei orçamentária nº 2.973 de 2000, no seu art. 8º, autoriza o prefeito a abrir, ao longo do exercício, créditos suplementares no valor equivalente a 15% (R\$ 695.890.465,05) do valor total orçamento – R\$ 4.639.269.767. Já em seu art. 9º, prevê que certos tipos de alterações não serão consideradas no cálculo do limitador do artigo anterior, pois são consideradas exceções. Tal acompanhamento se faz relevante na avaliação de como e em quanto orçamento é desfigurado em sua execução.

No período considerado, de setembro até a segunda semana de novembro, o prefeito decretou 107 aberturas de créditos suplementares, num total de R\$ 112,4 milhões, ou 2,4% do orçamento. Deste total, apenas 31% será contabilizado como remanejamento do art. 8º, uma vez que os outros quase 77,5 milhões de reais são exceções (art. 9º). Até o momento, o orçamento já foi alterado em quase 900 milhões de reais, o que corresponderia a mais de 19% do orçamento inicial.

Verifica-se, então, na prática, que o poder dos vereadores em relação ao orçamento é quase nulo. Se, por um lado eles tem o poder de aprovar, desaprovar e/ou emendar o projeto de orçamento apresentado pelo Executivo, por outro a margem de remanejamentos autorizada é tão alta que permite ao prefeito alterá-lo substancialmente. Considerando que grande parte do orçamento é composto por despesas correntes, uma margem de remanejamentos alta, como é de praxe, permite que o prefeito altere quase a totalidade dos investimentos. Essa possibilidade dá ao governante o poder de transformar o orçamento numa peça meramente fictícia, onde podem estar listadas prioridades totalmente diversas daquelas refletidas na execução.

Nas palavras do próprio prefeito Conde (em entrevista à Folha de São Paulo de 19/07/00): "os vereadores cortam verbas ligadas ao gabinete do prefeito e depois dão uma margem de 15% para remanejamentos. Eu uso essa margem pra recompor o orçamento inicial". No primeiro governo de César Maia também ocorreram alterações orçamentárias significativas. Esperamos que o próximo governo tenha postura diferente, priorizando a transparência e tornando o orçamento numa verdadeira ferramenta de planejamento.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnen.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ CEP 20054-900 – Tel. (21) 232-8178 – Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org

Home page: <http://www.economistas.com.br>

Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

ABRE ASPAS



CELSE FURTADO E O BRASIL – Ensaio; Maria da Conceição Tavares (organizadora); Juarez Guimarães; José Luiz Fiori; Maria Regina Nabuco; Tânia Bacelar; Wilson Cano e Francisco de Oliveira – Editora Perseu Abramo/2000. A presente obra foi lançada no Rio de Janeiro no dia 17 de outubro/2000. Nela estão reunidos os sete ensaios escritos para o seminário de mesmo nome, realizado pela Fundação Perseu Abramo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pelo Conselho Regional de Economia de Minas, em Belo Horizonte em novembro de 1999. O livro traz textos assinados por nomes de destaque no panorama dos estudos políticos, sociais e econômicos do Brasil. Os ensaios procuram caracterizar a obra de Celso Furtado, ressaltando sua recorrente preocupação com o tema da construção da nação diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação. Além disso, os temas tomaram como base alguns aspectos da obra de Furtado – “*construção (nacional) interrompida*”, “*subdesenvolvimento*”, “*questão regional e nordestina*” – que os autores consideraram importantes para esclarecer os problemas contemporâneos do país, tendo como pressuposto uma idéia central do autor: “*O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país*”. O livro contém, também, um caderno de fotos sobre a vida e a obra de Celso Furtado. Informações Adicionais: Tel. (11)5571-4299 – E-mail: editora@fpabramo.org.br.

A DESORDEM INTENCIONAL – A Reconstrução Ética da Sociedade Brasileira, de Miranda Neto – Editora Destaque/2000 – 140 pág./R\$20,00. O caos que se propaga à nossa volta se deve ao somatório de inúmeras atitudes desencontradas, individualistas, irresponsáveis, impensadas, acabando por desaguar num contexto de incertezas, adversidade, confronto, violência, capaz de interferir no relacionamento entre pessoas, profissionais, empresas. O oportunismo imediatista, ao ser reconhecido como padrão de comportamento, fica evidente quando os privilégios e vantagens individuais conseguem realizar a satisfação pessoal imediata, ao transgredir a legislação vigente, circunstância agravada pela impressionante ausência de conscientização da maioria das pessoas para os seus direitos, obrigações, limites e potenciais. Eis que surge o ‘todo social hostil’, fruto de desnecessário atrito e desentendimento. A grande maioria do povo brasileiro habituou-se, portanto, a esperar pelas decisões de cima. Esta inércia, agravada pela tendência natural à acomodação, à passividade frente à ‘telinha’, obliterou-lhe a iniciativa, o sentimento instintivo da liberdade com responsabilidade. Por isso, hoje muitos ainda não sabem usar esta liberdade, confundindo-a com bagunça e baderna, acabando por se prejudicar ao desperdiçar energia e talento. Com menos ociosidade voluntária haverá menos espaço para a desordem intencional e, portanto, ocorrerá uma notável valorização ética do ser humano. www.edicoestrabalhistas.com.br



O EFEITO BORBOLETA – Uma Fascinante Introdução à Economia do Século XXI – As causas dos erros sistemáticos das previsões econômicas. Autor: Paul Ormerod Editora Campus/2000. Paul Ormerod, o primeiro a refletir profundamente sobre as implicações da teoria da complexidade na economia, sugere que as políticas – tanto da direita quanto da esquerda, destinadas a resolver problemas sociais diversos – estão condenadas a uma alta taxa de fracasso. Muito do controle que os governos acreditam exercer sobre a economia e a sociedade é ilusório. É necessário adotar uma mentalidade diferente e uma abordagem menos pesada. Este livro é uma continuação natural do best-seller internacional *A Morte da Economia*, que o *Guardian* considerou “controvertido e apaixonado” e sobre o qual o *Spectator* afirmou que “deveria ser leitura obrigatória para todas as pessoas instruídas”. Informações adicionais: www.campus.com.br ou info@campus.com.br.

O PAÍS DA PACIÊNCIA – Trégua e Alternativa, de Candido Mendes – Editora Record/2000. A obra reanalisa e resume comentários semanais do autor, publicados em alguns dos mais importantes jornais do país. A iniciativa dessa “História Imediata” marca, na análise das ciências sociais contemporâneas, a exigência de um paralelo crescente entre a complexidade de nosso tecido social e a necessidade de apontar, no constante de um calendário político, as marcas crescentes de uma configuração de estrutura e de um processo político. Mais que da grande interpretação *ex post*, países que ainda não chegaram ao auto-sustento de sua mudança, como o nosso, necessitam da sequência e da fragilidade daquele dia-a-dia para melhor dar conta dos enlaces de interesses e desejos de mudança que se tramam ou desfazem; dessa faixa de incerteza quanto à previsão do comportamento do poder; de arregimentação de maiorias; e de aproveitamento, pelas oposições, das brechas do situacionismo. Ou, sobretudo, para responder de que forma, frente ao compromisso de um *statu quo*, pode-se ainda alimentar no país, às vésperas de entrar no último biênio de FH, o implante efetivo da alternativa ao neoliberalismo e do ganho das premissas, por mais que atrasadas, de uma social-democracia brasileira. Informações Adicionais: 585-2000/www.record.com.br.



LA CEPAL EN SU 50 AÑOS/NOTAS DE UN SEMINARIO CONMEMORATIVO – Nações Unidas/CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe – Santiago de Chile, 2000. Una evaluación crítica de papel de la CEPAL en el desarrollo de la región a lo largo de su medio siglo de existencia, y una mirada a su futuro: esa fue la forma más productiva de celebrar su reciente aniversario. Um seminário al que asistieron notables personalidades de la región latinoamericana, convocando iniciativa del Gobierno de Chile, revisó los aportes de la CEPAL al pensamiento regional, desde la etapa de su fundación hasta el presente. Este libro recoge, conservando el formato del mismo seminário, contribuciones de destacados políticos y economistas. Informações Adicionais: E-mail: publications@eclac.cl.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 29,05.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 19,95.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Oferta de Moeda na Macroeconomia, Demian Fiocca.
Preço com desconto: R\$ 14,70.

ABC da Dívida Externa, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 9,10.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

EVENTO

O Conselho Federal de Economia e o Corecon/RJ como integrantes da Rede Brasileira pela Integração dos Povos apresentam o Seminário: "Área de Livre Comércio das Américas: atores sociais e políticos nos processos de integração"

A Aliança Social Continental e a Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP) promoverão o Fórum Continental Área de Livre Comércio das Américas: Atores sociais e políticos nos processos de integração.

Esta iniciativa faz parte dos esforços realizados por organizações da sociedade civil de propor alternativas ao processo de liberalização comercial e financeira conformado pela ALCA. As organizações sociais e sindicais que integram a Aliança Social Continental consideram que a ALCA representa um sério risco ao desenvolvimento sustentável e à democracia.

A quem interessa a criação da ALCA?

Qual deve ser o papel dos Paramentos nas negociações, na aprovação dos acordos e na mediação com a sociedade?

Como avançar na formulação de alternativas?

Como ampliar e fortalecer os mecanismos de participação da sociedade civil?

Como garantir a transparência, o acesso à informações e o monitoramento das negociações?

O Fórum Continental Área de Livre Comércio das Américas: Atores sociais e políticos nos processos de integração tem como objetivos:

- Dar visibilidade ao debate nacional sobre a formação da ALCA e o futuro do Mercosul.

Estes dois modelos de integração possuem motivações e prioridades diferenciadas. O Fórum pretende confrontar estas experiências e debater as alternativas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação social e parlamentar nos acordos de integração.

- Preparar a atuação da sociedade civil e dos representantes parlamentares para incidir nas decisões da VI Reunião de Ministros de Comércio da ALCA, a ser realizada em Buenos Aires, em março de 2001. Nesta ocasião estará concluída a primeira versão do acordo para a criação da ALCA, abrangendo áreas como agricultura, acesso aos mercados, serviços investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais, medidas anti-dumping, entre outras. A sociedade civil e os Paramentos estão excluídos das negociações e os acordos são secretos.

- Dar continuidade à construção da Aliança Social Continental, iniciativa que articula os mais representativos movimentos sociais e sindicais das Américas na busca de alternativas democráticas de integração, e contribuir para a preparação da II Conferência dos Povos das Américas, a realizar-se no Quebec, em abril de 2001, durante a III Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado das Américas.

- Refletir sobre os rumos da globalização da economia mundial e os recentes movimentos de oposição ao seu caráter excludente, evidenciadas nas mobilizações de Seattle e Praga, contribuindo para a preparação do Fórum Social Mundial a realizar-se em Porto Alegre, em janeiro de 2001.

O Fórum Continental Área de Livre Comercio das Américas: Atores sociais e políticos nos processos de integração discutirá a criação da ALCA desde a ótica das sociedades e dos Paramentos dos países do Mercosul. Além de representantes destes países, o Fórum contará com a participação de parlamentares, organizações sociais, sindicais e centros de pesquisa do México, Chile, Canadá, EUA, Argentina, entre outros.

PROGRAMA

27/11 – 19h

O que é e a quem interessa a ALCA?

28/11 – 09h

Tema I – Acordos Comerciais, transparência e participação: ALCA combina com Democracia?

28/11 – 14h

Tema II – Investimentos, serviços e agricultura: meio ambiente, novos temas ou velhos dilemas?

29/11 – 09h

Tema III – O Mercosul a 5 anos do lançamento da ALCA: A ALCA é compatível com os acordos sub regionais?

29/11 – 14h

Tema IV – Alternativas para as Américas: os novos rumos da integração continental

Visite nosso site:

www.alternex.com.br/~fnl/alca

Promoção: Aliança Social Continental, Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Realização: CUT, FASE, CEDEC, INESC • Apoio Técnico: DIEESE

A Fundação Ford e Alternatives apóiam o Fórum Continental

Inscrições: Secretaria de Relações Internacionais - CUT - Tel. (11) 3272-9411
e-mail: sri@cut.org.br
CEDEC - Tel. (11) 3871-2966 - e-mail: cedec@sti.com.br

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 18.11.2000